Anais de Resumos Expandidos
VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais
ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

Desinformação e circulação midiática em contextos de crise: uma análise das enchentes do Rio Grande do Sul em 2024[1]

Disinformation and Media Circulation in Crisis Contexts: An Analysis of the 2024 Floods in Rio Grande do Sul

Tatiane Paumam
Gabriela Leandro
João Pedro Sousa Santos

Palavras-chave: Desinformação; Crise Climática; Circulação.

1. Introdução

No mundo cada vez mais globalizado, as redes sociais se tornaram protagonistas da divulgação de conteúdos e notícias, permitindo a circulação instantânea de informações em escala global (Castells, 2015).

A partir disso, a desinformação se tornou uma grande preocupação, uma vez que pode ter consequências graves para a sociedade, com a disseminação de notícias falsas sobre um fato. O termo desinformação, segundo Berger (2019), é comumente utilizado para se referir a tentativas deliberadas, e frequentemente orquestradas, para confundir ou manipular as pessoas por meio de transmissão de conteúdos falsos. O dicionário Michaelis (2023), por sua vez, define desinformação como uma ação de desinformar ou contexto em que conteúdos falsos são propagados para induzir ao erro.

[1]Trabalho apresentado ao VIII Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais. POSCOM-UFSM. Santa Maria, RS. ECA-USP. São Paulo/SP

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

A circulação de notícias falsas como instrumento de disputa de poder não é um fenômeno novo (Lellis e Moreira, 2019). É possível constatar o recurso da desinformação em diversos outros contextos históricos em que o viés desinformativo foi utilizado até mesmo como política de Estado, estratégia de guerra, ou de produção de consenso em torno de verdades anunciadas. Entretanto, na atualidade a vasta utilização das plataformas por onde tais informações circulam, ao longo do tempo, sofreram grandes alterações. Atualmente, com as redes sociais, o alcance em larga escala torna-se praticamente instantâneo e eleva os perigos dessa prática a um outro patamar, com o avanço das redes sociais, as informações ocorrem de maneira instantânea, as notícias ganham repercussão e acabam influenciando a qualidade da informação/fato.

> Antes das redes sociais, a gente tinha alguns atores que eram legitimados para apresentar uma informação que fosse considerada de credibilidade. Eram jornalistas, comunicadores públicos, divulgadores científicos, agentes públicos. Com as mídias sociais e a reconfiguração da forma como nos comunicamos, hoje em dia, emitir uma opinião é motivo de autoridade. Qualquer um que tenha uma certa visibilidade nas redes sociais ganha uma certa autoridade, emitindo sua opinião apenas baseado nas suas experiências pessoais e no achismo (Oliveira, 2024)

As enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul em abril e maio de 2024 representaram um dos eventos hidrológicos extremos mais devastadores já registrados no Brasil, com chuvas de intensidade, duração e abrangência sem precedentes. As inundações e deslizamentos causaram impactos socioeconômicos e ambientais de grande magnitude. Segundo informações dos Boletins sobre o impacto das chuvas no Rio Grande do Sul, emitidos pela Secretaria de Comunicação do Estado (Rio Grande do Sul, 2024), dos 497 municípios gaúchos, 478 foram afetados, com quase 2 milhões e 400 mil pessoas impactadas.

Mais de 15.000 km² ficaram submersos, com perdas humanas e sociais alarmantes: foram 183 mortes confirmadas e 27 desaparecidos, além de 806 feridos. A exposição às águas da inundação causou mais de 15 mil casos registrados de leptospirose. Residências foram severamente atingidas, com milhares de casas destruídas ou

danificadas. Cerca de 146 mil pessoas foram desalojadas e mais de 50 mil ficaram desabrigadas. Segundo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) 2024, divulgada no dia 31/10/2025 pelo IBGE, mostram que o evento climático de abril de 2024 no Rio Grande do Sul atingiu 459 (92,4%) dos 497 municípios do estado, causando perdas humanas, sociais e econômicas significativas. Entre os municípios afetados, 289 (63,0%) emitiram alertas durante o evento, enquanto 55 (12,0%) não chegaram a emitir nenhum aviso, e 115 (25,0%) não possuíam sistema de alerta. "A economia estadual foi duramente impactada, com prejuízos no setor agrícola, paralisação de indústrias, danos à infraestrutura e interrupção de serviços essenciais, como transporte, educação e saúde", destacou a gerente da MUNIC/ESTADIC, Rosane Oliveira (IBGE, 2025).

A circulação da desinformação durante as enchentes pode ser compreendida a partir das transformações promovidas pela sociedade em processo de midiatização. Conforme Fausto Neto (2010), os fluxos comunicacionais contemporâneos tornam-se cada vez mais complexos e descentralizados, permitindo que atores diversos disputem visibilidade e legitimidade na esfera pública. Nesse cenário, conteúdos falsos passam a circular com velocidade semelhante ou superior à informação jornalística verificada, produzindo efeitos concretos sobre a percepção social dos acontecimentos.

Segundo Recuero (2024), as mídias digitais foram utilizadas como suportes na propagação de desinformação, de modo a influenciar a esfera pública, influenciando a formação de um ecossistema de desinformação. Portanto, este pode ser um problema para o debate público e uma ameaça para a democracia, tendo em vista, que a velocidade das informações podem comprometer e interferir em tomadas de decisão

A falsidade da mensagem pode decorrer, também, não de seu conteúdo textual, mas da forma ou do modo como ela é apresentada. Ela pode vir fora de contexto ou incompleta, parcial ou fragmentada, com omissão de detalhes importantes, levando o receptor a equívocos graves. Frequentemente, há a sobreposição ou o entrelaçamento

ISSN 2675-4169 Vol. 1, N. 8(2026)

de fatos e opiniões, fazendo com que não se consiga distinguir facilmente uns dos outros. As opiniões vêm, então, alicerçadas em premissas factuais falsas. Com essa tática, o autor ou emissor da mensagem busca eximir-se de responsabilidade, ao argumento de que está "apenas expondo a sua opinião", quando o que faz, na realidade, é apresentar um ponto de vista apoiado sobre uma falsidade.

A Economia Política da Comunicação (EPC) oferece um quadro analítico fundamental para compreender os mecanismos estruturais que sustentam a desinformação nas plataformas digitais. Conforme aponta Martin Hirst em entrevista a Jonas Valente (2021), a desinformação não é um fenômeno isolado ou acidental, mas está profundamente articulada aos modelos de negócio das grandes plataformas, que priorizam o engajamento e o tempo de permanência do usuário como métricas centrais de lucratividade. Nessa lógica, conteúdos emocionalmente carregados como boatos, alertas de perigo e informações falsas sobre crises tendem a ser amplificados pelos algoritmos justamente por gerarem mais reações e compartilhamentos.

Oliveira (2024) reforça essa perspectiva ao identificar o que denomina "economia da atenção", na qual a desinformação funciona como material altamente lucrativo para as próprias plataformas. A concentração midiática nas mãos de poucas empresas de tecnologia como Meta, Google e seus ecossistemas cria um ambiente em que a rentabilidade da informação sobrepõe-se à sua veracidade. Em contextos de crise, como as enchentes do Rio Grande do Sul em 2024, esse arranjo estrutural se torna ainda mais pernicioso: a urgência e o medo amplificam o consumo e o compartilhamento de conteúdos sem verificação, tornando o ecossistema desinformativo especialmente destrutivo.

A crescente dominação das lógicas de consumo na comunicação em rede e a colonização da internet pelas big techs transformou as plataformas digitais em espaços onde tudo é monetizado, sem ambientes de negócios. A mineração e o processamento de

dados e a curadoria algorítmica são direcionadas prioritariamente para a maximização do lucro, em detrimento das agendas sociais e culturais específicas (Oliveira, 2024).

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, baseada em estudo de caso. O corpus é composto por uma checagem publicada pela Agência Lupa em junho de 2024. A análise é realizada a partir da tipologia dos sete tipos de desinformação proposta por Wardle e Derakhshan (2017), articulada aos pressupostos da Economia Política da Comunicação desenvolvidos por Thaiane Moreira de Oliveira (2024).

2. Desenvolvimento

As informações analisadas foram publicadas pelo site de checagem de fatos, Agência Lupa no mês de maio de 2024. A ação foi necessária devido à decorrência de um grande volume de informações enganosas que foram propagadas durante a crise climática no Rio Grande do Sul. Selecionou-se para esta análise em especial, a checagem feita a partir de um áudio que circulou nas redes sociais na época, em que o autor afirmava que: "a água distribuída pelas estações de tratamento, sem especificar a cidade, porém citando empresas de água e saneamento que operam no Rio Grande do Sul, não passaria por processos de desinfecção adequados e, portanto, seria imprópria para o consumo".

Adotamos como categoria os Sete Tipos de Desinformação (7 Types of Mis - and Disinformation, no termo original em inglês), elaborados pela diretora executiva do Instituto First Draft, Claire Wardle:

(1) Manipulação do Conteúdo:quando a informação ou imagem genuína é manipulada para enganar. (2) Conteúdo Fabricado:conteúdo novo que é 100% falso, criado para ludibriar, prejudicar. (3) Falsa Conexão:quando manchetes, ilustrações ou legendas não confirmam o conteúdo. (4) Sátira ou Paródia:nenhuma intenção de prejudicar, mas tem potencial para enganar. (5) Conteúdo Impostor:quando fontes genuínas são imitadas. (6) Falso Contexto:quando o conteúdo genuíno é compartilhado

com informação contextual falsa. (7) Conteúdo Enganoso:uso enganoso de informações para enquadrar uma questão ou um indivíduo (Wardle; Derakhshan, 2017, p.17)

A escolha do site Agência Lupa se deu pelo trabalho comprometido e sério que é realizado pelo mesmo. A iniciativa tem oito marcadores para classificar uma declaração: "Verdadeiro", "Verdadeiro, mas", "Ainda é cedo para dizer", "Exagerado", "Contraditório", "Insustentável", "Falso" e "De olho" - esta última, uma etiqueta de monitoramento. Segundo explicação do site, a Lupa desenvolveu uma metodologia própria para a checagem de informação, que abrange a elaboração das pautas do dia (assuntos ou declarações tidas como mais relevantes e que devem ser checadas), levantamento de informações sobre os assuntos que serão abordados, busca de informações oficiais em base de dados e apuração em campo para contextualizar o assunto e medir o impacto social junto à população. Ressalta-se ainda que não existe dentro do site uma segmentação por classe política de quem pode ser monitorado.

Com título “Áudio desinforma ao alegar que água distribuída por estações de tratamento do RS é insegura”. O áudio viralizado possui autor desconhecido, característica amplamente utilizada na propagação de informações falsas na internet, devido a dificuldade em checar sua origem, favorecendo a desinformação. A matéria de checagem foi veiculada em 10 de junho de 2024 pela jornalista Evelyn Fagundes. O áudio em questão possui diversas falas que são passíveis de verificação. Logo no início do áudio autor afirma:

> As concessionárias públicas, dentre elas Dmae, Corsan [...] [possuem] estações de tratamento de água que foram construídas no século passado, na década de 70, outras no século passado, na década de 50, com tecnologias que eram adequadas para tratar a água naquela época [...].

Porém, conforme a apuração da jornalista, essa informação é classificada como falta de contexto, uma vez que embora algumas estações de tratamento de água tenham sido construídas na década de 1970, é incorreto afirmar que o tratamento de água

atualmente se baseia nas tecnologias do século passado, como alegado no áudio. O autor do áudio segue afirmando que:

> As águas são classificadas pela ANA, Agência Nacional de Águas, em classes de águas. Classe um, dois, três e quatro. Há muitos anos, as águas captadas pelas concessionárias são do tipo classe três e quatro, ou seja, esgoto a céu aberto [...].

No entanto, a informação é desmentida conforme entrevista realizada com o engenheiro químico José Eduardo Cavalcanti, do Instituto de Engenharia (IE). As estações de tratamento não captam esgoto a céu aberto para o tratamento de água destinada ao consumo humano, as águas utilizadas para abastecimento residencial, são de mananciais protegidos ou semi protegidos. Essa informação foi destacada pela Agência Lupa como falsa.

Em entrevista ao site Agência Nacional, Raquel Recuero, pesquisadora do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Disputas e Soberanias Informacionais (INCT-DSI) comenta que a desinformação diante da crise climática do Rio Grande do Sul atua em duas frentes. A primeira, mais contextual, trouxe conteúdos falsos e enganosos que buscaram tentar desacreditar e culpabilizar autoridades políticas, seja pela imputação de ações, quanto omissões que implicam que essas autoridades estavam diretamente atuando para piorar a tragédia. A segunda, dificulta a chegada de informação relevante e urgente, amplificam os problemas e afetam, diretamente, a tomada de decisões ruins pelas pessoas. Suscita o pânico, medo e desespero das pessoas. Portanto, sob esse viés pode-se atrelar o áudio em questão, ao segundo ponto levantado por Recuero, considerando que ao dizer à comunidade que a água disponível não poderia ser consumida, a desinformação gera pânico e medo nos moradores da região.

A partir da tipologia de Wardle e Derakhshan (2017), o áudio analisado pode ser classificado predominantemente em duas categorias: Falso Contexto e Conteúdo Enganoso. A estratégia do Falso Contexto se manifesta no uso de informações parcialmente verdadeiras como a existência de estações de tratamento construídas nas décadas de 1950 e 1970 e a classificação de águas pela Agência Nacional de Águas

(ANA) desarticuladas de seu contexto técnico e regulatório real, de modo a produzir uma narrativa alarmante. Já o Conteúdo Enganoso aparece no emprego deliberado de terminologia técnica e de nomes de concessionárias reais que operam no Rio Grande do Sul, conferindo ao áudio uma aparência de credibilidade que facilita sua circulação e dificulta a verificação imediata pelo público leigo. A combinação dessas duas categorias é particularmente eficaz em contextos de crise: ao se apropriar de elementos verificáveis para sustentar conclusões falsas, esse tipo de desinformação explora a assimetria de conhecimento técnico entre o emissor e o receptor da mensagem, tornando o desmentido mais complexo e menos viral do que o próprio boato.

3. Considerações finais

Conclui-se, portanto, que as teorias de Oliveira (2024), sobre a economia política da comunicação são cruciais para compreender a desinformação no contexto contemporâneo. A concentração de mídia e os interesses econômicos moldam a produção e a disseminação de informações, privilegiando conteúdos sensacionalistas que geram lucro em detrimento da veracidade. Wardle (2017) afirma que a desinformação ocorre com ou sem intenção de causar prejuízos a alguém, mesmo que ao final esses prejuízos sejam gerados de qualquer forma. Sendo assim, ela influencia diretamente no contexto da notícia ou informação, visto que, ao propagar uma notícia falsa, ela gera medo e insegurança para o público que está sendo atingido.

Os autores citados afirmam que a desinformação ganha força devido a rápida distribuição e veiculação por meio das mídias digitais, dessa forma a desinformação chega a públicos distintos de maneira instantânea que por vezes não possuem o senso crítico necessário para realizar a checagem da informação antes de compartilhá-la.

A análise empreendida neste trabalho evidencia que o fact-checking, representado aqui pela atuação da Agência Lupa, cumpre um papel insubstituível em

contextos de crise ao interromper a cadeia de circulação da desinformação e oferecer ao público referências verificadas em meio ao caos informacional. Contudo, a presente análise também revela limitações estruturais dessa prática: a checagem ocorre, necessariamente, de forma reativa, isto é, após a desinformação já ter circulado amplamente , o que reduz seu alcance frente à velocidade de disseminação nas plataformas digitais.

Além disso, persiste uma lacuna significativa entre os públicos que consomem a desinformação original e aqueles que acessam os desmentidos, uma vez que ambos tendem a habitar bolhas informacionais distintas. Nesse sentido, o enfrentamento efetivo à desinformação em situações de emergência exige não apenas mais fact-checking, mas políticas públicas de comunicação de risco, maior responsabilização das plataformas pela amplificação algorítmica de conteúdos falsos e investimento em educação midiática que capacite a população a verificar informações antes de compartilhá-las especialmente nos momentos em que a urgência fala mais alto do que o senso crítico.

Referências

ABDALA, Vitor. Fake news prejudicam tomada de decisão por afetados em catástrofe: cidadãos assustados podem tomar decisões irracionais, diz pesquisadora. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 14 maio 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/. Acesso em: 10 jul. 2024.

BERGER, Guy. Prefácio. In: UNESCO. **Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo**. Paris: UNESCO, 2019. Disponível em: http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/. Acesso em: 10 jul. 2024.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FAGUNDES, Evelyn. Áudio desinforma ao alegar que água distribuída por estações de tratamento do RS é insegura. **Agência Lupa**, 11 jun. 2024. Disponível em: https://agencialupa.com.br/. Acesso em: 11 jul. 2024.

FAUSTO NETO, Antônio. As bordas da circulação. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 55-69, jan./jun. 2010.

GOMES, Cesar Augusto. Fake news, vacina e os tipos de desinformação. **Cadernos de Linguística**, Campinas, v. 5, n. 1, 2024. Disponível em: https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/download/267/359/4852. Acesso em: 15 jun. 2026.

IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais: MUNIC 2024**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br. Acesso em: 10 jun. 2026.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Verbete: Desinformação. São Paulo: Melhoramentos, 2023. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br. Acesso em: 10 jul. 2024.

OLIVEIRA, Thaiane. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 21-35, jan./abr. 2020. DOI: 10.4013/fem.2020.221.003.

RECUERO, Raquel. Entrevista concedida à Agência Brasil sobre desinformação durante as enchentes do Rio Grande do Sul. In: ABDALA, Vitor. Fake news prejudicam tomada de decisão por afetados em catástrofe: cidadãos assustados podem tomar decisões irracionais, diz pesquisadora. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 14 maio 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Comunicação. **Boletins sobre o impacto das chuvas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2024. Disponível em: https://estado.rs.gov.br. Acesso em: 10 jul. 2024.

VALENTE, Jonas. Entrevista com Martin Hirst: a desinformação sob a ótica da Economia Política da Comunicação. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (EPTIC)**, São Cristóvão, v. 23, n. 1, p. 91-108, jan./abr. 2021.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder: toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.